

Carlos Nelson Coutinho, Gilvan P. Ribeiro, José Paulo Netto, Leandro Konder e Luiz Sérgio N. Henriques, *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, 138 pp.

Orientado para uma investigação lukacsiana da literatura brasileira, este estudo coletivo é de grande significação nestes tempos obscuros em que nossa produção literária vem sendo assimilada às camisas-de-força da ideologia estruturalista. Tomando como objeto de pesquisa o modernismo brasileiro, o romance de Lima Barreto, um poema de Drummond e o *Grande Sertão* de Guimarães, as análises deixam ver as limitações do método de Georg Lukács, mas não lhe escondem as virtudes.

*O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira*, de Carlos Nelson Coutinho, procura assinalar a importância de uma obra romanesca vista, de um lado, com vã condescendência pelos que a concebem como mera "crônica" da vida urbana carioca e, de outro, com abstrato desdém por quem lhe denuncia as deficientes virtudes quanto às "leis da escritura".

Embora amarrado em demasia aos esquemas lukacsianos de pesquisa, CNC esboça as linhas gerais da evolução literária brasileira, norteando-se sobretudo pelo conceito leniniano de "via prussiana" e pela noção manniana de "intimismo à sombra do poder" — largamente utilizados por Lukács em abordagens das literaturas húngara e alemã. Segundo esta perspectiva, está excluída a participação das massas numa evolução histórica que comporta politicamente um "reformismo 'pelo alto'", e cujas transformações se operam a partir de uma conciliação com a realidade a extirpar. Este caráter "prussiano" da nossa evolução tende a produzir uma intelectualidade alheia às massas, colocada "num terreno aparentemente autônomo, mas cuja autonomia é respeitada precisamente na medida em que não se põem em jogo as questões decisivas da vida social, as concretas relações sociais de poder".

Neste quadro altamente problemático para a produção de um realismo lukacsiano, CNC assinala as soluções estéticas e ideológicas propostas por Manuel Antonio de Almeida, Machado de Assis e Lima Barreto, cujas produções romanescas estabelecem um rompimento com o "intimismo" dominante. Quanto a Lima, o que importa reter é o seu justo *parti-pris* em relação ao romance machadiano, conforme CNC inadequado à nova realidade, que exigia uma literatura participante como condição de plasmação estética.

Mas a análise da produção romanesca de Lima Barreto surpreende tão somente no *Policarpo Quaresma* uma conformidade às normas épicas pre-

bistas por Hegel e reelaboradas por Lukács. De fato, os demais romances perdem de vista a “totalidade orgânica” entre o herói e o mundo, autonomizando ou desprezando a exigência expressa por Hegel no conceito de “totalidade dos objetos”.

Em *Gonzaga de Sá*, a tipicidade do herói não ultrapassa o plano da abstração porque não é explicitada através de um “quadro humano-institucional” de tipicidade equivalente. As *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* acentuam o extremo oposto: presente, mas desvinculada da trajetória do herói, a “totalidade dos objetos” vem simplesmente *descrita*, tratando-se de uma objetividade morta. “No *Triste Fim*, ao contrário, encontramos a síntese orgânica do herói e do mundo, da ação individual representativa e da ‘totalidade dos objetos’, síntese que aparece como condição estética básica da vitória do realismo.” Subjacente a toda esta análise, a noção lukacsiana de *narração* encontra aqui sua expressão plena. Localizando na “bizarria” do Major Policarpo a maneira peculiar de manifestação do “herói problemático” de Lukács, e conferindo à sua tipicidade um caráter concreto através da figuração das conexões mais significativas do “modelo prussiano” de evolução (*grosso modo*, o bonapartismo militar e o burocratismo), Lima Barreto eleva seu romance à “totalidade orgânica” prevista para a forma épica.

Ao contrário, entretanto, de *Clara dos Anjos* e *Numa e a Ninfa*, de ‘interesse puramente documental’, não se deve minimizar radicalmente a importância de *Gonzaga de Sá* e *Isaías Caminha* na trajetória romanesca de Lima Barreto. Sobretudo o *Isaías*, que inaugura na obra de Lima a concepção da literatura como “agitação de questões importantes para o nosso destino”. Como bem frisa CNC, esta concepção participante da literatura eleva a produção de Lima Barreto — *objetivamente* — à condição de inspiradora do chamado romance brasileiro de 30.

Luiz Sergio Nascimento Henriques e José Paulo Netto procuram interrogar retrospectivamente o modernismo brasileiro, situando-o como referencial histórico-cultural para a compreensão da nossa realidade presente. (1)

*Contradições do Modernismo* de LSNH põe em discussão a própria Semana de 22 e parte diretamente dos testemunhos legados por seus participantes — sobretudo Mário e Oswald. Contra as leituras de “aplausos sistemáticos”, o A. ressalta a necessidade de se estabelecer criticamente as limitações do período marcado pela Semana, apropriada suspeitamente como bandeira dos vanguardistas mais recentes. Neste sentido, é preciso determinar “a miséria objetiva da reflexão modernista”, atestada por fatores como a precariedade da ruptura de 22 e a ausência de homogeneidade que o rótulo “futurismo” não logra mascarar. Somente a partir de uma determinação do

---

(1) É de lamentar o silêncio de ambos os textos em relação à obra de Manuel Bandeira.

“individualismo estético, causado pela precariedade da informação e da sistematização teórica” e da “valorização inconsequente da novidade” podemos compreender realmente o fato de a Semana congregar direções artísticas tão díspares. Apenas a “crítica radical” dos acontecimentos de fevereiro de 22 e do seu legado poderá fornecer aos escritores de hoje as condições de opção entre o neoparnasianismo contemporâneo, o anarquismo “esquerdizante” de Oswald e a herança realista-crítica de Mário e Graciliano.

*Depois do Modernismo* de JPN eleva a coletânea ao seu mais alto índice teórico. A tentativa de traçar uma “topografia do fenômeno” modernista pode tomar como ponto de partida a disparidade de atitudes de Mário e Oswald em relação à Semana de 22: enquanto Oswald tendia sempre à redução do modernismo ao espírito da Semana, vendo nela o verdadeiro sentido dele, Mário evoluiu resolutamente para uma posição cada vez mais crítica em relação aos aspectos gratuitos de 22.

De fato, segundo JPN a Semana da Arte Moderna instaura no Brasil o “irracionalismo moderno”, quando importa das vanguardas européias “a questão do estatuto da literatura no século XX”. Esta problemática se insere no processo de desintegração da literatura posterior a 1848, hora de estreitamento do “espaço social para a criação do imaginário”, abrindo caminho para a solução “objetivista” de Zola ou para as propostas de subjetivismo dos simbolistas. “Perdidas as características que a singularizavam”, inteiramente concorde com o irracionalismo moderno, a questão central da literatura passa a ser a sua própria problematização.

Conforme JPN, a Semana compreenderia este irracionalismo “na sua repulsa ao convencional, no seu ódio contra a mesquinhez do estabelecido, na sua mistificação do lúdico como forma de desbinculação social”. Mas a Semana é apenas um momento da trajetória modernista. A partir de 30, sobretudo com a poesia de Drummond e o romance de Graciliano, o irracionalismo deixa de constituir o próprio núcleo do modernismo e passa ser apenas uma de suas vertentes. Isto explicaria a disparidade de atitudes em Mário e Oswald. Fiel em sua prática literária à herança irracionalista, Oswald só poderia lamentar a superação do “espírito” de 22. Evoluindo, por outro lado, em direção a uma concepção humanista do mundo, a Mário só restou pesar com severidade o irracionalismo da Semana. A exemplo de LSNH, JPN levantará nas figuras de Mário e Oswald os parâmetros ideais para a determinação das duas grandes heranças do período modernista — o irracionalismo e o realismo-crítico.

Entendendo a literatura brasileira pós-45 como uma tomada de posição perante o modernismo e suas heranças, será possível ao A. compreender, na sua forma geral de manifestação, a situação atual da literatura brasileira, caracterizada — principalmente a partir de 1968 — pelo “trânsito da contestação à constatação”.

A chamada literatura de contestação, entendida em moldes lukacsianos e vinculada às melhores tradições do modernismo e da literatura brasileira, vai perdendo seu horizonte ideológico de sustentação a partir de 64, com o

crescente afastamento da intelectualidade dos grupos sociais historicamente importantes. Paralelo a este processo, assiste-se ao desenvolvimento e propagação de uma literatura essencialmente *constatativa* que, embora não possa ser dissolvida em nenhuma manifestação artística anterior, tem em comum com a postura naturalista “a negação das mediações no processo de apropriação do universo social”. Fundada no “moderno racionalismo formal”, a literatura de constatação transfere para o plano artístico “os padrões gerais da legalidade burocrática”, propondo-se sobretudo como “aspiração à eficiência”: não é de surpreender, portanto, que os teóricos desta literatura identifiquem “mensagem” estética e informação. Se levarmos em conta, por outro lado, que no capitalismo moderno “informação é sempre manipulação de consumo (ou manipulação para o consumo)”, poderemos entender a valorização ambígua da linguagem como fim em si mesmo e a sua associação sobretudo aos apelos visuais da técnica publicitária. “Evidentemente, prossegue o A., tudo isto se processa a um alto preço: esta literatura tende a transformar-se, ela mesma, em técnica de manipulação, correlata à publicidade e, também, necessitando jogar com apelos gratificantes: e eis que o lúdico, desvinculado da totalidade do humano, entra em cena.” A partir daí, ao efeito catártico (no sentido lukacsiano) da chamada literatura de contestação, os constatadores substituem o *efeito de choque*, alcançado através de uma procura gratuita do *novo pelo povo*. Recorre-se à metáfora obscura do “laboratório” para justificar o célebre mito da experimentação literária, que manipula o sistema linguístico em função dos “jogos formais” necessários à produção dos efeitos de choque.

É evidente que nem sempre são justas do ponto de vista teórico as colocações dos A. acerca da Semana de 22, da prática literária de Oswald ou da literatura brasileira do século XIX. Não faltaria, por exemplo, aos estudos sobre o modernismo uma reflexão em torno do texto de Enzensberger acerca do hiato histórico que separa as vanguardas do início do século das suas recentes versões modernas? (2) É evidente que, segundo esta perspectiva, os A. não seriam impelidos a vincular apressadamente a obra de Oswald de Andrade à poesia concretista, apesar das declarações categóricas dos que vêem precursores em toda parte.

Mas a obra de Lukács talvez represente o grande referencial histórico-teórico de que dispõe hoje a estética marxista: em maior ou menor escala, a partir deste referencial parecem ter se definido as perspectivas marxistas decididamente significativas em termos de teoria da arte. Não é de surpreender, portanto, que uma interrogação sobre a literatura brasileira presidida pelos textos lukacsianos nos proponha horizontes tão menos restritos, subtraindo a investigação dos conhecidos delírios de ordem tecnicista.

Luiz Fernando Franklin de Matos

---

(2) Cf. ENZENSBERGER, H.M., “*Les Apories de l'Avant-Garde*”, in *Culture ou Mise en Condition?*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1973, pp. 342-380.